

outros pontos da cidade caixas onde deveriam lançar os seus escritos, até às 16 horas. Em março de 1822, o jornal passou a ser impresso em oficina própria, a segunda a ser instalada no Rio de Janeiro, ao que parece. A popularidade do periódico cresceu: passou a ser conhecido como *Diário do Vintém*, pelo preço, e como *Diário da Manteiga* porque trazia os preços, entre outros gêneros, da manteiga que chegava à Corte para consumo da população. Seu distanciamento das questões políticas era tal que não noticiou a proclamação da Independência, inserindo apenas, a partir de 24 de setembro, editais a respeito do acontecimento. Não mencionou a aclamação, nem o golpe ministerial de 30 de outubro. Apesar da isenção absoluta de que fazia alarde, Meireles sofreu atentado, em agosto de 1822, de que veio a falecer. Sucedeu-o na direção Antônio Maria Jourdan. O *Diário do Rio de Janeiro* circulou até 1878. Do ponto de vista da imprensa, como a entendemos hoje, foi precursor originalíssimo, e teve todas as características do jornal de informação. Do ponto de vista político, entretanto, em nada alterou o quadro. Se não fez o aulicismo da fase anterior, em vias de ser rompido, não realizou também nada em contrário.

O primeiro periódico que defendeu os interesses brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica, começou a circular na Bahia a 4 de agosto de 1821. Foi o *Diário Constitucional*. Apareceu com intenção de travar luta política nesse sentido, e travou-a. A 10 de fevereiro, a tropa e o povo haviam, ali, escolhido — a expressão eleito parece eufemística — uma Junta Provisional para substituir o governador, conde da Ponte, em consequência de adesão da província ao movimento constitucionalista. A Junta compunha-se de nove membros; seis eram portugueses. Com uma Junta desse tipo, a adesão era ardilosa. Convictos do avanço que o movimento portuense representava, facções populares baianas tentaram alterar-lhe a composição. Para isso é que se juntaram Francisco José Corte-Real — depois Corte-Nacional e, adiante, Corte-Imperial — Eusébio Vanério, José Avelino Barbosa e, mais tarde, em setembro, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma.

A 4 de agosto, redigido pelos três primeiros, apareceu o *Diário Constitucional*, impresso na oficina da Viúva Serva & Carvalho, com a usual epígrafe, no caso os versos de Camões: “A verdade que eu conto nua e pura, / Vence toda a grandiloqua escritura”. Travava-se a luta em torno da eleição do novo governo local, determinada pelas Cortes de Lisboa. Desejavam os brasileiros a renovação da Junta Provisional, substituindo-se os seus membros para que os nacionais ficassem em maioria: o *Diário Constitucional* era o órgão dessa corrente. Desejavam os portugueses e os que os acompanhavam a simples reeleição daqueles membros, mantida portanto a